



# HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional  
de História-ANPUH

Organizadores  
Ismênia de Lima Martins  
Rodrigo Patto Sá Motta  
Zilda Gricoli Iokoi

# HISTÓRIA E CIDADANIA

**XIX Simpósio Nacional da ANPUH**  
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

**vol. II**

**ANPUH**  
*Humanitas*  
PUBLICAÇÕES  
#FLCH/USP

1998

# Cidadão da ordem: imagens e mensagens nas revistas da Primeira República

Ana Luiza Martins  
CONDEPHAAT

**E**sta reflexão se deu a partir da fonte “revista periódica”, modalidade de impresso que se constituiu em instrumento preferencial da mídia da época, para veicular mensagens e conformar ideários. A diversidade do período em análise – a Primeira República – foi revelada através do surto periódico então registrado, apoiado nas facilidades de uma imprensa que se aprimorava com novos recursos técnicos. E mais: através de uma rica segmentação, que se manifestou repentinamente, revelando, em São Paulo, as tantas visões de mundo e os entendimentos mais diversificados em curso, sobretudo sobre o “ser cidadão”. Revistas institucionais, revistas de crítica social, femininas, agrícolas, esportivas, em que a questão da cidadania – não exatamente na terminologia *cidadão*, embora este fosse um tratamento republicano por excelência – estava na ordem do dia. Embutia-se numa formulação precedente, que ainda estava em construção, que era a noção de pátria.

Contudo, nada pode ser apreendido do período sem perder de vista a especificidade do tempo que se vivia. Tempo que, contrariamente ao que propaga a historiografia, foi antes de mudanças radicais, mais que de transição. Seus agentes conectavam-se sobretudo às bruscas transformações em curso, antes da consciência de que viviam uma transição. Período de transição inferimos nós,

que analisamos os fatos depois; naquele momento, o que os regia era um pacto com a mudança – se possível radical. A consciência desse limite temporal secular era confirmada mundialmente pelos balanços que marcaram o ocaso do oitocentos, sobretudo no exterior. Inúmeras publicações marcaram na Itália, na França e Inglaterra, o registro de fim de uma era e abertura de outra. A começar pela Exposição Mundial de 1900, em Paris. No Brasil, esta percepção se potencializou, dado que vivíamos duas mudanças inegáveis: aquela do regime político e aquela do fim do século. Com a mesma intensidade que hoje se refere à virada do século e do milênio, também naquela altura isto se dava. Havia uma forte consciência do *fin-de-siècle*. E aquele *fin-de-siècle* vinha muito especial, por conta da nova dinâmica, sobretudo da revolução científica e técnica. No Brasil, sinalizado pelas tantas celebrações de centenários, que exigiam balanços e relocalizações, dava-se o Centenário da Descoberta em 1900 e o Centenário da Independência em 1922. Com uma agravante: o Brasil, isto é, as capitais mais desenvolvidas, envergonhadas do atraso, queriam expor-se e impor-se ao mundo na projeção do modelo idealizado pelas nossas elites de “país culto, civilizado”, jargão reverberativo da época.

302

Em face desta especial conjuntura, o que regia aqueles dias de euforia era uma nova colocação da sociedade e do cidadão republicano, em busca do moderno, do inusitado da revolução técnica a que se assistia, em tempo presidido pelo espírito científico e da laicização. Uma nova retórica intermediava a comunicação, concluída com os votos de “saúde e fraternidade”. As províncias passaram a ser estados. “Cidadão” tornou-se o chamamento adotado de pronto nos comunicados oficiais. O tempo do Império, a tração animal, deu lugar ao tempo da República, à tração elétrica, marcado pela velocidade.

Sabe-se que a proclamação da República, longe de configurar uma ruptura de amplo espectro, trouxe à baila dissidências de toda ordem, revelando a permanência de práticas arcaicas numa sociedade que se queria moderna. Em princípio, o país livrara-se

da mancha da escravidão, ocupava lugar privilegiado na balança internacional como primeiro produtor de café do mundo, alardeava a educação livre para todos e redesenhava suas capitais com empréstimos ingleses, à imagem e semelhança da França, tão civilizada.

Em contrapartida, nesse mesmo país oligarca, monocultor, analfabeto, assistia-se à reorganização do trabalho e à transformação acelerada do capital. Não obstante o “espírito colonizado” de nossa elite, compulsoriamente, o olhar de alguns de seus homens mais sensíveis interiorizou-se, desprendendo-se do litoral, até cosmopolita, para centrá-lo no sertão, em Canudos, de onde divisava-se um outro Brasil, jagunço, que desafiava o poder central. Já em 1896, Coelho Neto, escritor afamado, publicara a obra *Sertão*<sup>1</sup>; em seguida, quase perfazendo uma década após a República, em 1898, um homem da elite, Afonso Arinos, escrevia *Pelos sertões: histórias e paisagens*<sup>2</sup>; em 1902, Euclides da Cunha lançava *Os sertões*<sup>3</sup>. Novas temáticas confirmavam o redirecionamento do olhar que tivera em *Canaã*, de Graça Aranha, no ano de 1901, o aporte de outro horizonte<sup>4</sup>.

O tempo, mais do que nunca, ritmara-se pelo pêndulo do mercado, imantado irremediavelmente à engrenagem capitalista. As negociatas do Encilhamento só fizeram crescer a onda de especulações, bastante acentuadas em São Paulo, então Capital do Café. A *Revista Brasileira*, em sua quarta fase, de 1895 a 1899, sob a direção de José Veríssimo, trazia no artigo de fundo a mesma inquietação, certamente de sua lavra:

Este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social. A *Revista Brasileira* não lhe pode ficar alheia e estranha. As questões constitucionais, jurídicas, econômicas, políticas e sociais, em suma, que nos ocupam e preocupam a todos, terão um lugar nas suas páginas. Republicana, mas profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração de sua direção (...) Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos os que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-la, possam livremente manifestar-se<sup>5</sup>.

Esta transformação foi espelhada pelo periodismo, em particular através de uma segmentação que refletia a nova sociedade – revistas de grupos sociais diversos – do operário à nova mulher e à criança. Esta última, porque prenunciava um mercado em potência. Para cada um destes segmentos, a tônica reverberativa era a colocação na nova sociedade, fazendo-se uma sociedade de classes, referenciadas pelos valores da elite. Elite ainda afrancesada, mas que se “yankizava”, premida pelos Estados Unidos, os novos e poderosos compradores de café do Brasil. Essa segmentação em São Paulo foi muito forte. Não só pela estratificação social, mas pelos modelos veiculados pelo poder, ocupado por paulistas em conluio com os mineiros, vale dizer, com os bacharéis que haviam cursado a Faculdade de Direito e que saíam praticamente formatados no mesmo ideário. Surgia o Cidadão da Ordem.

Mais forte que a idéia de cidadão, contudo, foi aquela de identidade pátria, ao sabor de uma invenção das tradições, criada especialmente por uma revista que tinha por trás essa elite: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, que trazia no editorial de seu primeiro número a seguinte afirmação ufanista: a história de São Paulo é a história do Brasil.

O discurso do Império, no que teve de moderno por parte de suas oposições, foi assumido na prática: a política de alfabetização. O Estado de São Paulo incidiu naquele investimento, criando uma rede de escolas, que trabalhos recentes revelam também elitista, mas que ao fim e ao cabo reduziu em 80% o analfabetismo do Estado. Imbuídas da urgência das *Luzes da Ilustração*, as escolas encontraram na revista, já por sua proposta intrínseca de formadora e propagandista, o recurso ideal para apropriação de conteúdos, instrumento pertinente à propagação da ideologia do Estado. Posteriormente, corroborando a construção do Cidadão da Ordem, isto se intensificou com o eclodir da Guerra, quando a necessidade de fortalecer o país encontrou na campanha de Bilac a mensagem destiladora de conteúdos amplamente divulgados pela revista.

Concomitantemente, a remodelação das capitais, em nome do utilitarismo inglês da cidade saneada, induzia a população a uma postura civilizada, enquanto em São Paulo, com Washington Luís, o figurino da nova Força Pública, de modelo francês, criava a ilusão de que a pátria era de cidadãos.

A idéia de pátria e eventualmente de cidadão da nova república apareceu mais forte nas revistas de ensino, amparadas pelo Estado e por associações de professores, em especial na *Revista Moderna* (1892), *A Escola Pública* (1895), *Revista do Ensino* (1902), *Educação* (1902) e *Revista dos Educadores* (1912). A *Revista do Ensino* foi a de mais longa duração, estendendo-se até 1918. A curta duração das demais, em contrapartida, refletiu a relatividade do amparo à instrução tão amplamente divulgado pelo Estado republicano. Não obstante a consciência de que o ensino primário era “(...) elemento modificador, e o mais importante, na evolução social”, aparecia explícito na proposta associativa então em curso:

(...) A congregação de esforços de muitos para um fim conhecido e determinado, que, aplicado especialmente ao nosso ensino público, será quicá o meio único de o elevar, além de *uniformizá-lo e sistematizá-lo*<sup>6</sup>.

O corpo redator da *Revista do Ensino*, estreitamente ligado à rede oficial de ensino, constituiu-se de professores normalistas, e o circuito de sucesso da publicação se fechava apoiado em nomes categorizados e influentes que a compunham, ligados à Escola Normal, a instituição educacional mais celebrada do país, “o grande templo”, na fala de Bilac<sup>7</sup>.

Enquanto na órbita particular e do Estado a contribuição foi parcimoniosa e irregular, por outro lado, a área foi beneficiada com inúmeros títulos pertinentes, por iniciativa de corpo docente e discente das escolas públicas e particulares do período e dos grêmios escolares e inúmeras agremiações que viveram, por vezes, “o espaço de uma manhã”, mas que se fizeram representar pelo órgão periódico divulgador de seus propósitos.

## QUAL O DISCURSO? TUDO PELA PÁTRIA E PELA REPÚBLICA!

A relativa facilidade de efetivar projetos gráficos na época e a necessidade de se fazer representar para grupos que ensaiavam tantas identidades, presidiam aqueles empreendimentos, numa cidade que vivenciava o novo e experimentava formas de se fazer representar. Emergia uma produção dirigida, no sentido de uniformizar os conhecimentos, com ênfase na construção dos símbolos do poder republicano, na força do Estado, na reverência às datas cívicas nacionais. A adjetivação recorrente nos textos daquele professorado e alunato recaía no jargão em voga, reiterador da idéia fundante de pátria e patriotismo, exaltando seus “vultos eminentes”, insistindo no “desenvolvimento progressivo de nossa instrução pública”. A partir de 1917, sob a influência da Liga Nacionalista e da reforma de Sampaio Dória, exacerbou-se a exaltação de um passado grandioso, homogeneizando a tradição, cunhada a partir de figuras cívicas relevantes<sup>8</sup>. Das letras de hinos às leituras propostas, passando pelos artigos de obrigatoriedade da língua portuguesa<sup>9</sup> até pelos riscos de bordados com flora e fauna nacionais, tudo se referia ao Brasil.

306

A profusão de títulos em torno da data cívica máxima, o 15 de Novembro, ilustra a celebração do novo regime pelo periodismo paulista, através do lançamento de várias publicações comemorativas. No sexto aniversário da Proclamação da República, em 1895, elas proliferaram através de números especiais inseridos em séries periódicas que já tinham seu curso em andamento. Ainda em 1895, as falas se voltavam para a reiteração da república em detrimento da monarquia, confirmando o embrião do discurso homogeneizador, assentado no tema da “nacionalização” aliado à formação de um “novo cidadão”<sup>10</sup>. Nas escolas da rede oficial as edições comemorativas veicularam textos veementes nesse sentido, ratificadores dos ideais republicanos e do ufanismo que caracterizou a idéia de construção nacional. *O Republicano*, dos alunos da Escola Modelo da Luz, com as divisas: “Tudo pela Pátria e

pela República” e “Também somos bandeirantes à conquista do saber”, definia sua rota:

(...) Procurar bater em toda linha e por todos os meios esses que querem pôr obstáculos à marcha triunfante da República, esses retrógrados que querem a infelicidade para a pátria, para seus irmãos<sup>11</sup>.

Em lugar de espírito cívico emergia o espírito nacional. A partir da Escola Normal da Praça privilegiou-se a conquista do saber, moldando-o no sentido da valorização da pátria, da construção do cidadão. Resultou uma produção de discurso homogêneo, orquestrado pelos homens do poder, que regiam os destinos do país e que fizeram dos estabelecimentos públicos de ensino e de seus responsáveis seus porta-vozes mais fiéis, reprodutores dos interesses do Estado. A incidência de títulos recaía no reforço da idéia de pátria e renovação: *O Patriota*, *A Pátria*, *A Aurora*; *Porvir* e *Lábaro*, assim como *Libertas*, refletiam o ideário em pauta, conferindo à educação seu papel doutrinador, homogeneizado pela idéia de construção nacional e grandeza paulista.

307

De cunho diverso, as revistas de escolas particulares e protestantes caracterizavam-se por apresentação até luxuosa, disseminando outros conteúdos, além daqueles veiculados pela rede oficial. Bons costumes, higiene e eugenia foram temas que persistiram naquelas páginas, dirigida a um público alvo de caráter elitista, fortemente presidido pelo cultivo da educação física, do aprimoramento do corpo.

Há que se sublinhar, todavia, que a iniciativa periódica no âmbito do ensino não foi exclusivamente uma criação do Estado, assim como também não foi o Estado *a principal figura da ação educacional*<sup>12</sup>, conforme se inferiu do quadro do periodismo escolar paulistano. No conjunto dos periódicos didáticos, pedagógicos e escolares ressaltou a participação decisiva do espírito associativo, iniciativa de profissionais idealistas da área, que patrocinaram publicações e traçaram projetos tanto para o aperfeiçoamento do corpo docente, como para a formação do corpo discente. Com

eventuais auxílios do governo e igualmente poucos da iniciativa particular.

A partir do primeiro quartel do século XX, afloraram alguns questionamentos sobre o encaminhamento do aprendizado. Passada a euforia dos primeiros anos republicanos, quando muito se discursou sobre a temática e iniciativas foram avidamente encetadas em nome das luzes do saber, outras propostas emergiram, ponderando sobre conteúdos e formas de ensino. Nascia ali a reflexão maior, empreendida por educadores remanescentes da primeira geração republicana e jovens pedagogos, que traziam outras teorias para o campo do ensino. Essa tomada de consciência, que levava em conta as novas correntes de educação, pensadas agora para outro alunato, bastante ampliado pelo aumento demográfico e ascensão de camadas sociais diversas, resultou na formulação da Escola Nova.

O desenvolvimento das nossas escolas criou novas e prementes necessidades, às quais vamos tentar satisfazer, dando à *Revista*, outra feição, mais prática e útil. (...) Respeitando a forma (...) aproveitando tudo que de bom nela se contém, iremos, pouco a pouco, adaptando suas páginas às necessidades atuais.<sup>13</sup>

308

De fato, entre os anos de 1917 e 1920 se dera a Reforma de Ensino, realizada por Sampaio Dória e Oscar Thompson, com vistas a não apenas alfabetizar, mas moldar um “novo cidadão”, construtor de um “novo país”<sup>14</sup>. O recrudescimento da homogeneização do aprendizado se fez acompanhar de cerceamento à multiplicidade das escolas particulares, na sua maioria de formação estrangeira, particularmente daquelas que não se alinhavam aos projetos das classes dominantes.

Em São Paulo, as experiências com ensino caminharam naquela direção. A *Revista Nacional – nossa terra, nossa gente, nossa língua, educação e instrução, ciências e artes*, lançada em 1921 pela Editora Melhoramentos (Weisflog Irmãos Incorporado)<sup>15</sup>, voltava-se à discussão das questões pedagógicas, germe do projeto da Escola Nova. Diga-se que já pelo título a proposta homogeni-

zadora estava explícita, encampando sobretudo a questão da língua portuguesa, então ameaçada pela maciça presença estrangeira na capital e no Estado. Sob a direção de Alfredo Weisflog, a *Revista Nacional* reuniu nomes envolvidos com aquela proposta, entre eles Lourenço Filho, enquanto veiculava artigos de autores que já se colocavam em seu quadro editorial: Afonso Taunay, Mário Pinto Serva, Abílio Álvaro Miller, Francisco Roca Dordal, Mello Leitão, Djalma Forjaz, Alberto Rangel, Othoniel Motta, Alfredo G. dos Santos Diniz. Em dois anos de publicação, forjou-se um repertório de importância para o entendimento não só das questões pedagógicas em curso, mas para avaliação da idéia de Brasil que então se construía.

A partir de 1919, surgiram revistas de cunho comercial, produzidas pelas grandes empresas jornalísticas do Rio de Janeiro. A primeira delas vinha novamente na esteira de um modelo francês, de 1905, a revista *Je Sais Tout, encyclopédie mondiale illustrée*<sup>16</sup>, lançando-se em 1919 exatamente com o título *Eu sei tudo – magazine mensal ilustrado*<sup>17</sup>. Impressa em papel couchê, 148 páginas, ao preço da assinatura anual de 30\$000, de propriedade da Companhia Editora Americana, sob direção de Aureliano Machado, trazia a recorrente adjetivação: *nesta cidade que se civiliza*.

Essa modalidade de revista comercial voltada para a faixa etária escolar encontrava terreno fértil. Em três décadas, o público alfabetizado crescera, a classe média vinha se conformando ávida de ascensão, saber e consumo, e a imprensa periodística mais experiente dispunha de uma rede de apoio ampliada, com serviços de comunicação aperfeiçoados. O sucesso de *Eu sei tudo* estava garantido, conforme se inferiu pelo vigor de sua edição, que se estendeu por 30 anos.

Nesse processo de comercialização e especialização de revistas segmentadas para o público escolar, de caráter educativo, o ciclo se completou em 1936, com o lançamento de *Vamos Ler*, de propriedade da S.A. A Noite, sob a direção de Raimundo Magalhães,

em papel jornal e custo baixo, 32\$000 a anuidade para garantir sua ampla penetração.

O tempo, porém já era outro. Do avião, do rádio, do cinema, assim como diversa a gestão política do país. Enquanto, à sua maneira, o comércio viabilizava as publicações ditas “educativas”, a iniciativa oficial retraiu-se e a educação, conforme preconizada pelos fundadores da República, deixava de ser privilegiada pelo governo republicano. Em ambas as publicações, contudo, fosse a do governo ou comercial, infere-se o propósito uniformizador do discurso, veiculado segundo interesses do poder oficial, instância definidora da sobrevivência e eventual sucesso daquelas iniciativas.

Nas revistas paulistanas, a partir de 1920, o foco temático nacional mudou de espectro. Da campanha civilista à jornada de Bilac, São Paulo filtrara seus valores de Ordem e Progresso nas mensagens nacionalistas. Finda a guerra, vitoriosas as forças aliadas, os armistícios do Palácio de Versalhes propalados com alguma frequência nas páginas periódicas<sup>18</sup>, retomava-se a divulgação apologetica da terra paulista. As lentes, porém, centravam-se num outro horizonte, bem mais próximo: o *Centenário da Independência*, a ser comemorado em 7 de Setembro de 1922.

Não por acaso, em 1920, surgia a revista *Terra Paulista*, cujo artigo de fundo auto-elogioso deixava claro tratar-se de uma revista a serviço do sistema:

*Terra Paulista*, ao iniciar a sua carreira na imprensa periódica de São Paulo, gloriosa terra dos *inclitos bandeirantes*, saúda na pessoa do emérito homem do estado o maior dos democratas e extremadíssimo patriota (...) <sup>19</sup>.

A exaltação focalizava Herculano de Freitas, secretário de Altino Arantes, mas toda ela voltava-se para a valorização das figuras paulistas do poder, fossem políticos, comerciantes, industriais ou nomes de expressão econômica suficiente para justificar com bom pagamento a impressão de sua imagem e/ou seu negócio naquelas páginas periódicas.

De fato, às vésperas dos festejos de 1922, o nacionalismo adquiriu diferentes facetas. O agricultor, o comerciante e o industrial, ameaçados em sua ascensão, valeram-se do nacionalismo como arma ideológica. Na pluralidade de raças que formava a nação procurou-se congregar todos os povos, proclamando que um novo tipo de homem resultaria do caldeamento, da mistura dos sangues – o brasileiro de amanhã. O dito de Washington Luís caía perfeito naquele contexto: “Fortifiquemos e, sobretudo, abraçaremos o brasileiro”.

Ao longo dos anos, a construção paulatina do especial significado paulista cunhara auto-imagem generosa. Uma identidade nova, que continuou a fazer uso das teorias racistas, era camuflada pelos ideais de Saúde e Educação, receita de cura para todos os males brasileiros. Ainda em 1921, o lançamento da revista *Papel e Tinta*, com direção de Menotti del Picchia, dava uma guinada no tratamento paroquial e ufanista do periodismo paulistano. Em seu primeiro editorial, refletindo sobre o verdadeiro nacionalismo, questionava a crítica aos estrangeiros e insistia no neo-nacionalismo. Divulgava, com ênfase, o quanto aquele estupendo São Paulo nababesco, brasileiríssimo, patriótico, era quase uma colônia estrangeira.

Oh! Reivindiquemos a ávida propriedade! Brasil, desnacionalize-se!<sup>20</sup>

Em 1922, o tempo e o espaço resultavam favoráveis para invenção e reforço das tradições<sup>21</sup>. Heróis, datas e símbolos vieram ao encontro do pretendido. A vaga nacionalista insistia, materializando-se então através da abertura de concursos para exaltação de momentos pátrios. As revistas cuidaram de dar ampla divulgação à confecção desses marcos, estampando o curso de suas realizações. A começar pelo *Monumento a Bilac*, uma iniciativa dos acadêmicos da São Francisco, que se envolveram em renhida campanha de arrecadação de fundos, contratando o escultor Willian Zadig, cuja maquete foi estampada pela revista *O Eco*:

a mocidade paulistana, sempre solerte e atenta na defesa das nossas glórias, vai erigir-lhe um monumento que diga de quanta ufania foi o talento raro do saudoso poeta. (...) <sup>22</sup>

Inicialmente, a mocidade paulistana se envolvera com a realização do Monumento a Bilac; agora, São Paulo se mobilizava para o concurso do *Monumento do Centenário* a ser erigido na esplanada do Museu do Ipiranga, à guisa de altar da pátria. Na cidade de Santos, a data seria comemorada com um *Monumento aos Irmãos Andradas*, para o qual também se abria concurso. Naquelas obras, o território da tradição era mapeado a partir de São Paulo.

A culminância da exaltação dos valores da nacionalidade, da raça e da tradição, expressos nas revistas, encontrou na festa do Centenário o seu veículo apropriado. Viveu-se o apogeu e a decadência do próprio ufanismo, a construção simbólica de maior constância e penetração naquelas décadas. Esta apoteose de 1922, contudo, não imperou hegemônica. Entre a verbosidade do nacional, o cultivo da língua geral e a gramatiquice em voga, o cinema chegava na frente. Por meio do cinema, e por conta dele, do periodismo, entravam todas as subversões de modelos de fora naquele projeto nacionalista. As revistas divulgavam em seu interior o culto dos valores pátrios, mas já traziam na capa estampas de Hollywood, com artistas da cena muda. Em *Panóplia*, segunda fase, vinham June Caprice e Mary Pickford<sup>23</sup>; em *Terra Paulista*, a estrela de cinema Dolly Morgan<sup>24</sup>; n' *O Eco*, Mary Thurman<sup>25</sup>. As melindrosas de Hollywood, em modelito *art-déco* que os *ballets* de Diaguilev e o próprio cinema ajudaram a divulgar, substituíram as paisagens, as cenas bucólicas, os edifícios suntuosos que “ornavam” a capital. As revistas gráficas alemãs eram substituídas pelas americanas. Belmonte acertou seu traço a partir das revistas americanas, imprimindo aquela marca em inúmeras ilustrações, particularmente nas que retratam a Segunda Guerra.

Em 1922, uma nota dissonante, sob a grafia de uma buzina: *Klaxon*, a revista porta-voz do grupo modernista da Semana de Arte Moderna. Lançada enquanto corria solta a preparação dos

festejos do Centenário, era proposta muito estranha àquele meio. Pela forma, pelas ilustrações, pelo texto. Menotti del Picchia adiantava:

*Klaxon*, magrinho de papel, custa uma fortuna. (...) Mas *Klaxon* é orgulhoso e vende-se caro. Se ninguém o ler, paciência. *Klaxon* não se queixará jamais de ser incompreendido pelo Brasil. O Brasil é que se esforçará para compreender *Klaxon*.<sup>26</sup>

A buzina estridente, de som dissonante, alastrou-se, ecoando até hoje como um ponto de inflexão na recorrente busca do nacional. São Paulo, com a velha oligarquia no poder, apontava, via uma publicação requintada, conquanto esdrúxula e marginal, a possível modernidade. Ao contrário de seu gritante progresso material, primitivo e retrógrado em seu curso, anunciava no texto impresso, a nacionalidade possível. O nascimento de Macunaíma, foi sua contrafação. Visualizava-se, finalmente, o país, o homem, o seu *ethos* cultural.

## Notas

<sup>1</sup> NETO, Henrique Maximiliano Coelho. *Sertão*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1896.

<sup>2</sup> ARINOS, Afonso. *Pelos sertões (histórias e paisagens)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1898.

<sup>3</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1902.

<sup>4</sup> ARANHA, Graça. *Canaã*. Paris, Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

<sup>5</sup> DOYLE, Plínio e alii. *Histórias de revistas e jornais literários*. *op. cit.*, v. II p.66, 1995.

<sup>6</sup> *Idem*. Grifo nosso.

<sup>7</sup> *Revista de Ensino*, ano XVII, dez. 1917 a mar. 1918, nº 3 e 4, pp. 70 a 73.

<sup>8</sup> THOMPSON, Oscar. *Nacionalismo no ensino como base de formação da pátria nova*. Relatório apresentado ao Secretário de Interior em 1917. Apud: BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas 1917-1939. São Paulo, Edições Loyola, 1990, p. 95.

<sup>9</sup> ARANTES, Mário. "Obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa nos colégios particulares". In *Revista de Ensino*, nº 4, out. 1902, pp. 581-586.

<sup>10</sup> BITTENCOURT, Circe. *op. cit.*

<sup>11</sup> *O Republicano*, da Escola Modelo da Luz. Apud: FREITAS, Afonso de. *op. cit.*, p. 746.

<sup>12</sup> BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *op. cit.*, p. 22.

<sup>13</sup> *Revista do Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1918-1919, nº 1 a 4, p.1.

<sup>14</sup> BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *op. cit.*, p. 95.

- <sup>15</sup> *Revista Nacional. Nossa terra, nossa gente, nossa língua, educação e instrução - ciências e artes*. São Paulo, Cia. Melhoramento de São Paulo, Weisflog Irmãos Incorporado, ano I, nº 1, out. 1921. O último número conhecido é de dezembro de 1923, ano II, nº 12. A Assinatura era de 15\$000 anuais.
- <sup>16</sup> *Je sais tout, encyclopédie mondiale illustré*. Paris: Publication Pierre Lafite, 1905, I jan. jun. 1 et 11.
- <sup>17</sup> *Eu sei tudo, magazine mensal ilustrado*. Rio de Janeiro, 1919.
- <sup>18</sup> *O Eco*. op. cit., jul. 1919, ano XVIII, nº 1.
- <sup>19</sup> *Terra Paulista, revista literária, artística e de atualidades*. São Paulo: 10 mar. 1920. nº 1. Grifo nosso.
- <sup>20</sup> *Papel e Tinta*. op. cit., nº 1.
- <sup>21</sup> HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- <sup>22</sup> *O Eco*. op. cit., 1919, p. 16.
- <sup>23</sup> *Panóplia*. op. cit., dez. 1918, ano II, nº 6.
- <sup>24</sup> *Terra Paulista*. op. cit., 1920, n. 5.
- <sup>25</sup> *O Eco*. op. cit., mai 1919, ano XVII, nº 9.
- <sup>26</sup> *São Paulo: a capital artística na comemoração do Centenário*. São Paulo, 1922, s/p., 1984.

